

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 202/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.5.2019, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 159/2020-PGJ, DE 17.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 7.9, 30.10 e 28.11.2015, a serem usufruídos no período de 6 a 8.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 181/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 27.1 a 4.2.2020, em razão de licença do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 182/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Aline Mendes Franco Lopes	29.11.2015 e 2 e 3.4.2016	8.5, 3 e 4.9.2020
Anthony Allison Brandão Santos	14 e 15.7, 25 e 26.8.2018	3, 4, 5 e 6.3.2020

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 184/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 17 a 23.8 e 26.10 a 1º.11.2016, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2, 9 e 10.7.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 205/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – da referida Comarca, nos dias 29 e 30.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 206/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Maracaju, Simone Almada Goes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da referida Comarca, nos dias 22, 27, 28, 29 e 30.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 207/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral, no dia 31.1.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 188/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 89/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar (Processo PGJ/10/4568/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 189/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 96/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar (Processo PGJ/10/4902/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 203/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 75/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/4693/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 204/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 82/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4879/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 191/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1615/2019-PGJ, de 10.5.2019, e suas modificações, na parte em que se concedeu férias à então servidora Vanessa de Lima Campos, nos períodos de 12 a 21.2.2020 e de 1º a 10.6.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 183/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 4.1.2020, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e artigos 27 e 28 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, artigo 31, I, alínea “h”, e §§ 1º e 2º, e artigos 57 e 58, todos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14.1.2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 185/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias da servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 186/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias, e nos dias 30 e 31.1.2020, em razão de licença compensatória referente a banco de horas do servidor Epsom Xavier Pereira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 187/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Flavio Lopes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias, e nos dias 30 e 31.1.2020, em razão de licença compensatória referente a banco de horas e afastamento da servidora Lailene Couto Penteado.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 190/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Marta Josefa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 8.1.2020, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 192/2020-PGJ, DE 20.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Tatianna Castro Rocha, ocupante do cargo em comissão Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no período de 17 a 23.1.2020, em razão de férias da titular, Nathalia Santa Catharina Poester.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 208/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 209/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 29.1.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 210/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Adauton Tamiozzo de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 8.1.2020, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1624/2015-PGJ, de 29.7.2015, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/4763/2019

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, representada por **Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão** e por **José Cláudio Moreira Gonçalves**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de serviços de comunicação de dados nas modalidades Terrestre de Intranet e Internet para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal estimado: R\$ 328.290,96 (trezentos e vinte e oito mil duzentos e noventa e reais e noventa e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000002, de 02.01.2020.

Vigência: 07.01.2020 a 04.07.2020.

Data de assinatura: 06 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ANAEC**

Processo nº PGJ/10/5004/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **ASSOCIAÇÃO NOVANDRADINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, representada por sua Diretora, **Vera Lucia Martinez Battistetti**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência no Ensino Médio, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 09.01.2020 até 09.01.2021.

Data da assinatura: 09 de janeiro de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 01/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 01/2020, referente aos documentos da 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, nos termos do artigo 12 da Resolução n.º 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 19ª Promotoria de Justiça até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital.

Campo Grande, 21 de janeiro de 2020.

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N. 01/2020**

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor - 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	Órgão / Setor - 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
Tipo Documental	Justificativa da Eliminação / Observações	Ano Inicial	Ano Final
Nome / Conteúdo Informacional			
Classe/Subclasse – 000.002 – Correspondências Expedidas – Ofícios, anos de 2016 e 2017; Classe/Subclasse – 000.003 -Correspondências Recebidas – Ofícios, anos de 2016 e 2017; Classe/Subclasse – 000.005 – Requisições de Materiais de Consumo, anos de 2016 e 2017; Classe/Subclasse – 000.008 – Relatórios de Atividades - mensal, ano de 2017; Classe/Subclasse – 200.005 – Controle de carga de inquéritos, anos de 2016 e 2017; Classe/Subclasse – 200.081 – Comprovante de Remessa de Processos, anos de 2016 e 2017;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos n. 01/2020.	Exercício 2016	Exercício 2017
Responsável pelo Preenchimento: Sirlene Gomes Romeiro Vieira – Técnico II Data do preenchimento: 21/01/2020.			



**CORUMBÁ****EDITAL 0001/2020/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001859-7

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00001859-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar suposta irregularidade consistente na contratação do escritório de advocacia J. REMONATTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA fora das hipóteses previstas no artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Corumbá/MS, 17 de janeiro de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0002/2020/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2020.00000034-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2020.00000034-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Augusto do Amaral

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá e outros

Assunto: Apurar irregularidades quanto a utilização de verba de gabinete para custeio de locação de imóvel para fins de gabinete, em desconformidade com a Lei Municipal nº 2.380/2014 e Resolução nº 743 e 744/2017, por Vereadores de Corumbá/MS, no período compreendido entre 2017 e abril de 2019.

Corumbá/MS, 20 de janeiro de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0003/2020/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2020.00000035-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2020.00000035-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Augusto do Amaral

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá/MS e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto a concessão de verba de gabinete para custeio de serviços prestados pela empresa IVANILDE O. SANTANA EIRELLI (CNPJ nº 08.314.31/0001-60) em desconformidade com a Lei Municipal nº 2.380/2014 e Resolução nº 743 e 744/2017, por Vereadores de Corumbá/MS, no período compreendido entre 2017 e abril de 2019.

Corumbá/MS, 20 de janeiro de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0004/2020/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00000203-9

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições 09.2020.00000203-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Corumbaense Futebol Clube

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as condições do Estádio Arthur Marinho, da cidade de Corumbá/MS, para sediar jogos do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Serie A - Edição 2020, em conformidade com as disposições do Estatuto do Torcedor.

Corumbá/MS, 17 de janeiro de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**DOURADOS****EDITAL Nº. 0001/2020/10PJ/DOS****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2020, referente aos documentos da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Dourados, 20 de janeiro de 2020.

AMILCAR ARAUJO CARNEIRO JUNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019**

<b>PROVENIÊNCIA</b> – (10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)		<b>PROCEDÊNCIA</b> – (10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)	
<b>Órgão / Setor:</b> 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados		10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados	
<b>TIPO DOCUMENTAL</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES</b>	<b>ANO INICIAL</b>	<b>ANO FINAL</b>
<b>NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO</b>			
Classe/Subclasse 000.001- Controle de Processos 2002, 2004 a 2008, 2010 a 2016	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2002	2016
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, et.) - Anos de 1998 a 2000 e 2002 a 2017		1998	2017

Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) - Anos de 1998 a 2000 e 2002 a 2017	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1998	2017
Classe/Subclasse 000.004- Livros de Protocolo - Anos de 1998 a 2006 e 2008 a 2012		1998	2006
Classe/Subclasse 000.005 – Requisições de Material de Consumo		2000	2000
Classe/Subclasse 000.007 – Convites e malas diretas		2006	2006
Classe/Subclasse 000.008 – Relatório de Atividades Mensal		2008	2012
Classe/Subclasse 000.011 – Certidões Expedidas		2015	2015
Classe/Subclasse 100.002 Cópia de atos do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral e outros (resolução, portaria, edital, recomendações, instruções normativas, etc)- anos de 1997,2005,2006,2008 e 2010	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1997	2010
Classe/Subclasse 200.001- Atas de reuniões		1996	2014
Classe/Subclasse 200.003 Livro de registro de documentos – Anos de 2001 a 2009 e 2012 a 2014		2001	2014
Classe/Subclasse 200.004 – Termos/oitivas de declarações 1998,2004 a 2007, 2010 a 2017		1998	2017
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de Carga de Inquéritos Anos de 1998 a 2002 e 2004 a 2018		1998	2018
Classe/Subclasse 200.007 – Notificações - Anos de 2004 a 2009 e 2012		2004	2012
Classe/Subclasse 200.010- Parecer Técnicos 1998 a 1999 e 2002		1998	2002
Classe/Subclasse 200.012- Atas de audiências diversas – anos de 1997 a 2004 e 2006 a 2012		1997	2012
Classe/Subclasse 200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc) – Cópias – Anos de 1999 a 2003 e 2006 a 2016		1999	2016
Classe/Subclasse 200.017 Termos de ajustamento de conduta – Anos de 2004 a 2010 e 2014		2004	2014
Classe/Subclasse 200.028 Decisão de indeferimento de instauração de inquérito civil/procedimento preparatório de inquérito civil		2003	2004
Classe/Subclasse 200.034 Promoção de arquivamento de pedido de providências (CIP)		2007	2008

Classe/Subclasse 200.035 Representações	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2004
Classe/Subclasse 200.040 Pedidos de providencias ou requisições de diligências em intervenção pré-processual - Anos de 2002 a 2003, e 2007 a 2008		2002	2008
Classe/Subclasse 200.044 Apuração de ato infracional (promoção, arquivamento e homologação de remissão)		1998	1999
Classe/Subclasse 200.047 Relatórios de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações		2004	2004
Classes/Subclasses- Classe/Subclasse 200.050-Notícia de Fato N.F Nº 47/2012-Cidadania N.F Nº 71/2012-Cidadania N.F Nº 79/2012-Cidadania N.F Nº 80/2012-Cidadania N.F Nº 85/2012-Cidadania N.F Nº 86/2012-Cidadania N.F Nº 87/2012-Cidadania N.F Nº 88/2012-Consumidor N.F Nº 89/2012-Cidadania N.F Nº 90/2012-Consumidor N.F Nº 94/2012-Consumidor N.F Nº 96/2012-Consumidor N.F Nº 97/2012-Cidadania N.F Nº 001/2012-Cidadania N.F Nº 002/2012-Cidadania N.F Nº 003/2012-Cidadania N.F Nº 004/2012-Cidadania N.F Nº 006/2012-Consumidor N.F Nº 007/2012-Consumidor N.F Nº 011/2012-Cidadania N.F Nº 012/2012-Consumidor N.F Nº 014/2012-Consumidor N.F Nº 015/2012-Cidadania N.F Nº 016/2012-Cidadania N.F Nº 018/2012-Cidadania N.F Nº 021/2012-Consumidor N.F Nº 023/2012-Cidadania N.F Nº 026/2012-Cidadania N.F Nº 029/2012-Consumidor N.F Nº 030/2012-Cidadania N.F Nº 034/2012-Cidadania N.F Nº 041/2012-Consumidor N.F Nº 048/2012-Cidadania N.F Nº 049/2012-Cidadania N.F Nº 051/2012-Cidadania N.F Nº 052/2012-Cidadania N.F Nº 053/2012-Cidadania N.F Nº 054/2012-Cidadania N.F Nº 058/2012-Cidadania N.F Nº 059/2012-Cidadania N.F Nº 062/2012-Cidadania N.F Nº 068/2012-Consumidor N.F Nº 070/2012-Cidadania N.F Nº 072/2012-Cidadania N.F Nº 075/2012-Consumidor N.F Nº 076/2012-Consumidor N.F Nº 077/2012-Cidadania N.F Nº 078/2012-Cidadania N.F Nº 081/2012-Consumidor N.F Nº 083/2012-Consumidor N.F Nº 001/2013-Consumidor	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2015
		2012	2015

<p>N.F Nº 006/2013-Cidadania  N.F Nº 016/2013-Consumidor  N.F Nº 017/2013- Consumidor  N.F Nº 018/2013-Consumidor  N.F Nº 019/2013-Consumidor  N.F Nº 020/2013-Cidadania  N.F Nº 023/2013- Cidadania  N.F Nº 025/2013-Cidadania  N.F Nº 029/2013-Consumidor  N.F Nº 033/2013-Cidadania  N.F Nº 034/2013-Cidadania  N.F Nº 036/2013-Cidadania  N.F Nº 039/2013-Cidadania  N.F Nº 040/2013-Consumidor  N.F Nº 41/2013-Cidadania  N.F Nº 042/2013-Cidadania  N.F Nº 044/2013-Cidadania  N.F Nº 048/2013-Cidadania  N.F Nº 050/2013-Cidadania  N.F Nº 060/2013-Cidadania  N.F Nº 061/2013-Cidadania  N.F Nº 053-2013-Cidadania N.F Nº  054/2013-Consumidor  N.F Nº 40/2014- Cidadania  N.F Nº 88/2014-Cidadania  N.F Nº 86/2014-Cidadania  N.F Nº 78/2014-Cidadania  N.F Nº 43/2014-Cidadania  N.F Nº 53/2014-Cidadania  N.F Nº 70/2014-Cidadania  N.F Nº 69/2014-Cidadania  N.F Nº 67/2014-Cidadania  N.F Nº 65/2014-Cidadania  N.F Nº 64/2014-Cidadania  N.F Nº 60/2014-Cidadania  N.F Nº 63/2014- Cidadania  N.F Nº 59/2014-Cidadania  N.F Nº 54/2014-Cidadania  N.F Nº 50/2014-Cidadania  N.F Nº 41/2014-Cidadania  N.F Nº 49/2014-Cidadania  N.F Nº 77/2014-Cidadania  N.F Nº 62/2014-Cidadania  N.F Nº 87/2014-Cidadania  N.F Nº 51/2014-Cidadania  N.F Nº 79/2014-Cidadania  N.F Nº 73/2014-Cidadania  N.F Nº 72/2014-Cidadania  N.F Nº 71/2014-Cidadania  N.F Nº 75/2014-Cidadania  N.F Nº 94/2014-Cidadania  N.F Nº 48/2014-Cidadania  N.F Nº 97/2014-Cidadania  N.F Nº 98/2014-Cidadania  N.F Nº 101/2014-Cidadania  N.F Nº 100/2014-Cidadania  N.F Nº 93/2014-Cidadania  N.F Nº 96/2014-Cidadania  N.F Nº 095/2014-Cidadania  N.F Nº 089/2014-Cidadania N.F Nº  037/2014-Cidadania  N.F Nº 014/2015-Cidadania  N.F Nº 012/2015-Cidadania  N.F Nº 015/2015-Cidadania  N.F Nº 011/2015-Cidadania  N.F Nº 009/2015-Cidadania  N.F Nº 23/2015-Cidadania  N.F Nº 003/2015-Cidadania  N.F Nº 007/2015-Cidadania  N.F Nº 016/2015-Cidadania</p>	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>		
		2012	2015
	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>		

N.F Nº 065/2015-Cidadania N.F Nº 070/2015-Cidadania N.F Nº 076/2015-Cidadania N.F Nº 073/2015-Cidadania N.F Nº 063/2015-Cidadania N.F Nº 062/2015-Cidadania N.F Nº 049/2015-Cidadania N.F Nº 027/2015-Cidadania N.F Nº 052/2015-Cidadania N.F Nº 035/2015-Cidadania N.F Nº 057/2015-Cidadania N.F Nº 031/2015-Cidadania N.F Nº 030/2015-Cidadania N.F Nº 029/2015-Cidadania N.F Nº 032/2015-Cidadania N.F Nº 025/2015-Cidadania N.F Nº 018/2015-Cidadania N.F Nº 028/2015-Cidadania N.F Nº 13/2015-Cidadania N.F Nº 050/2015-Cidadania N.F Nº 006/2015-Cidadania N.F Nº 017/2015- Cidadania N.F Nº 49/2015- Cidadania	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>	2012	2015
Classe/Subclasse 200.058 Indeferimento de representação para instauração de procedimento extrajudicial 2009 e 2010		2009	2010
Classe/Subclasse 200.064- Procedimentos Extrajudiciais (Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Investigatórios Criminais, Inquéritos Cíveis, etc.) referentes a objeto de investigação sem danos ou ressarcimento ao erário PIP Nº 002/1997-Consumidor PIP Nº 003/1998-Consumidor PIP Nº 004/1998-Consumidor PIP Nº 002/1998-Consumidor PIP Nº 006/1998-Consumidor PIP Nº 008/1998-Consumidor PIP Nº 002/1999-Consumidor PIP Nº 003/1999-Consumidor PIP Nº 004/1999-Consumidor PIP Nº 001/2000-Consumidor PIP Nº 002/2000-Consumidor PIP Nº 004/2000-Consumidor PIP Nº 001/2001-Consumidor PIP Nº 011/2001-Consumidor PIP Nº 001/2002-Consumidor PIP Nº 002/2002-Consumidor PIP Nº 002/2003-Deficiente PIP Nº 003/2001-Cidadania PIP Nº 003/2000-Cidadania PIP Nº 001/2000-Cidadania PIP Nº 002/2000-Cidadania PIP Nº 001/2001-Cidadania PIP Nº 001/2004-Consumidor PIP Nº 005/2006-Consumidor PIP Nº 005/2007-Consumidor PIP Nº 007/2007-Consumidor PIP Nº 008/2007-Consumidor PIP Nº 003/2005-Cidadania PIP Nº 001/2005-Cidadania PIP Nº 006/2005-Cidadania PIP Nº 005/2005-Cidadania PIP Nº 010/2005-Cidadania		1997	2007
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 200.066-	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>		

<p>Procedimento Administrativo arquivado sem distribuição judicial</p> <p>P.A Nº 061/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 007/2006- Cidadania</p> <p>P.A Nº 021/2006- Consumidor</p> <p>P.A Nº 028/2006-Habitação e Urbanismo</p> <p>P.A Nº 040/2005-Patrimônio Histórico e Cultural</p> <p>P.A Nº 048/2005- Idoso</p> <p>P.A Nº 026/2005-Habitação e Urbanismo</p> <p>P.A Nº 017/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 045/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 029/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 033/2005- habitação e Urbanismo</p> <p>P.A Nº 015/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 013/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 044/2006-Deficiente</p> <p>P.A Nº 024/2005-Idoso</p> <p>P.A Nº 0013/2006-Consumidor</p> <p>P.A Nº 017/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 032/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº039/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 040/2006-Deficiente</p> <p>P.A Nº 041/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 044/2006-Deficiente</p> <p>P.A Nº 050/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 081/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 082/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 087/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 094/20006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 1004/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 105/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 057/2006-Deficiente</p> <p>P.A Nº 035/2007-Cidadania</p> <p>P.A Nº 30/2006-Defeciente</p> <p>P.A Nº 60/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 23/2005-Idoso</p> <p>P.A Nº 76/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 14/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 031/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 076/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 47/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 38/2007-Cidadania P.A Nº 27/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 80/2006-Consumidor</p> <p>P.A Nº 51/2007-Consumidor</p> <p>P.A Nº 053/2004-Consumidor</p> <p>P.A Nº 039/2005-Deficiente</p> <p>P.A Nº 019/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 069/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 037/2005-Idoso</p> <p>P.A Nº 020/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 058/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 025/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 065/2005-Deficiente</p> <p>P.A Nº 025/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 044/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 049/2005-Deficientes</p> <p>P.A Nº 006/2006-Consumidor</p> <p>P.A Nº 047/2005-Deficiente</p> <p>P.A Nº 059/2005- Cidadania</p> <p>P.A Nº 036/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 054/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 018/2005-Idoso</p> <p>P.A Nº 039/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 022/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 032/2005-Cidadania</p>	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda</p>	<p>2004</p>	<p>2007</p>
<p>P.A Nº 020/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 058/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 025/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 065/2005-Deficiente</p> <p>P.A Nº 025/2006-Idoso</p> <p>P.A Nº 044/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 049/2005-Deficientes</p> <p>P.A Nº 006/2006-Consumidor</p> <p>P.A Nº 047/2005-Deficiente</p> <p>P.A Nº 059/2005- Cidadania</p> <p>P.A Nº 036/2005-Cidadania</p> <p>P.A Nº 054/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 018/2005-Idoso</p> <p>P.A Nº 039/2005-Consumidor</p> <p>P.A Nº 022/2006-Cidadania</p> <p>P.A Nº 032/2005-Cidadania</p>	<p>Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda</p>	<p>2004</p>	<p>2006</p>

P.A Nº 053/2005-Cidadania P.A Nº 045/2005-Idoso P.A Nº 030/2005-Consumidor P.A Nº 091/2006-Habitação e Urbanismo P.A Nº 012/2005-Consumidor P.A Nº 029/2005-Deficiente P.A Nº 038/2005-Deficiente P.A Nº 023/2006-Consumidor P.A Nº 051/2004-Consumidor P.A Nº 46/2006-Cidadania P.A Nº 071/2005-Cidadania P.A Nº 048/2006-Idoso P.A Nº 063/2006-Idoso P.A Nº 036/2007-Consumidor P.A Nº 044/2007-Idoso P.A Nº 058/2006-Consumidor P.A Nº 002/2007-Cidadania P.A Nº 019/2006-Cidadania P.A Nº 014/2006-Idoso P.A Nº 037/2006-Cidadania P.A Nº 073/2006-Consumidor P.A Nº 002/2006-Cidadania P.A Nº 012/2006-Idoso P.A Nº 005/2006-Idoso P.A Nº 60/2005- Consumidor P.A Nº 34/2005- Cidadania P.A Nº 58/2005-Cidadania P.A Nº 050/2005- Cidadania P.A Nº 035/2005- Consumidor P.A Nº 031/2005- Consumidor P.A Nº 064/2005-Cidadania P.A Nº 028/2005- Cidadania P.A Nº 052/2005- Cidadania P.A Nº 46/2006-Cidadania P.A Nº 71/2005-Cidadania P.A Nº 048/2006-Idoso P.A Nº 063/2006-Idoso P.A Nº 036/2007-Consumidor P.A Nº 044/2007-Idoso P.A Nº 058/2006-Consumidor P.A Nº 002/2007-Cidadania P.A Nº 019/2006-Cidadania P.A Nº 014/2006-Idoso P.A Nº 037/2006-Cidadania P.A Nº 073/2006-Consumidor P.A Nº 002/2006-Cidadania P.A Nº 012/2006-Idoso P.A Nº 005/2006-Idoso	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2004	2006
Classe/Subclasse 200.071 Denúncias- 1998 a 1999, 2006 a 2017	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	1998	2017
Classe/Subclasse 200.080 Relatórios de remessa de documentos – 1997 a 2006, 2009 e 2013 a 2017	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	1997	2017
Classe/Subclasse 200.081 Controle de tramitação ou comprovante de remessa - 2000 a 2005, 2007 a 2009 e 2012 a 2017	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2000	2017
Classe/Subclasse 200.085 Cópia de processo judicial – 1997 a 1999, 2003 a 2010, 2016 e 2017	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	1997	2017
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Gilmar Daiana Schneider, Assessora, mat. 801774-3 Data do preenchimento: 20/01/2020			



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**EDITAL Nº 0009/2020/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2020.00000038-5

Requerente: 'Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Dante Luiz Prevedi

Objeto: Apurar o desmatamento de 15,94 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Vaticano, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 125/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Vaticano.

Amambai (MS), 20 de janeiro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2020/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2019.00001469-0

Requerente: 'Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rogerio Romeiro Miranda

Objeto: Apurar o desmatamento de 1,07 hectare em área integrante do Bioma Mata Atlântica – Floresta Estacional Semi-decidual Submontana –, na Fazenda Santa Madalena, em Amambai, conforme Parecer nº 126/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Amambai (MS), 21 de janeiro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2020/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2019.00001488-0

Requerente: 'Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luis Alberto Gonzatto

Objeto: Apurar a supressão de vegetação nativa de 0,83 hectares, objeto de especial preservação pertencente ao bioma Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do parecer N. 149/19/NUGEO - Sítio São Luiz.

Amambai (MS), 21 de janeiro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

---

**BATAGUASSU**

---

**EDITAL Nº 0001/2020/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001889-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Erik Leonardo Manfrim e Mario Sérgio Manfrim

Assunto: Apurar desmatamento de 30,43 hectares de vegetação nativa em área de Savana (cerrado) – Arborizada + florestada, na Fazenda Santa Dirce, em Santa Rita do Pardo, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 469/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Bataguassu, 21 de janeiro de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0007/2020/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000132-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: Acompanhar as ações e procedimentos necessários à regularização fundiária urbana do loteamento Vale do Taquari em Coxim/MS, de acordo com os termos e as diretrizes estatuídas pela Constituição Federal, Lei Federal nº 6766/79 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017 (Lei da regularização fundiária rural e urbana), além de outras normas infraconstitucionais e provimentos acerca da matéria.

Coxim/MS, 20 de janeiro de 2020.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2019.00004207-5**

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Vicentina

Objeto: acompanhar a implantação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo no município de Jateí/MS.

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2020/02PJ/FSU

Recomenda à Prefeitura Municipal de Jateí, na pessoa de seu representante legal que seja adotada a elaboração e formalização do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, pelas razões a seguir.

O Titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e da Juventude da comarca de Fátima do Sul-MS, no uso de suas atribuições legais, em especial a alínea “c” do § 5º do art. 201 do ECA,

CONSIDERANDO que a municipalização do atendimento é diretriz basilar para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, conforme preconizado no art. 227, §7º c/c art. 204, inciso I, da Constituição Federal e do art. 88, inciso I, do ECA;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), determinou em seu art. 5º, a obrigação municipal acerca do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, nos seguintes termos:

SINASE: Art. 5º Compete aos Municípios: I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

§ 1º Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º Competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o direito de convivência familiar e comunitária dos adolescentes autores de ato infracional, conforme preconizado no art. 100, caput, parágrafo único e inciso IX c/c art. 113, ambos do ECA e no art. 35, inciso IX e artigo 54, incisos IV e V, do SINASE;

CONSIDERANDO que conforme o art. 7º, § 2º, do SINASE, os municípios têm o dever de elaborar e aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar data da publicação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo que foi aprovado pela Resolução nº 160, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e publicado em data de 19 de novembro de 2013, pelo que, portanto, resta o prazo em questão expirado;

CONSIDERANDO que a política socioeducativa municipal para ser formalizada depende da formulação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que deve ser de cunho intersetorial e de abrangência decenal (art. 5º, inciso II c/c art. 7º, § 2º c/c art. 22, inciso IV todos do SINASE);

CONSIDERANDO a necessidade de articulação dos órgãos e setores da administração responsáveis pelas áreas referenciadas no art. 8º do SINASE, dentre outras, para o processo de elaboração dos aludidos Planos de Atendimento Socioeducativo;

CONSIDERANDO, por fim, que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, em observância aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Jateí informou que o município não possui até o presente momento o Plano de Atendimento Socioeducativo;

CONSIDERANDO ofício do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO determinando a adoção, por parte das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, de providências para que os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul aprove e implementem o Plano de Atendimento Socioeducativo, de acordo com determinação legal (fls 08/12);

RESOLVE RECOMENDAR AO PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS apto a deflagrar o processo de elaboração, publicação e instituição do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em atenção dispositivos legais e fundamentos supramencionados, que adote todas as medidas administrativas e legais acerca do plano municipal em comento, haja vista que o prazo para sua elaboração está expirado desde 2014, sob pena de incorrer em ato de improbidade administrativa, previsto no art. 11, caput e inciso II, da Lei n. 8.429/1992, posta a não observância da ordem legal e pelo atentado contra os princípios da Administração Pública.

Requisita-se, em 10 (dez) dias úteis, informação escrita sobre as providências adotadas em face da presente Recomendação (ECA, art. 201, § 5º e alíneas).

Os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente recomendação poderá acarretar na propositura de ação judicial cabível.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Jateí/MS, para ciência.

Sem prejuízo, encaminhe-se, ainda, cópia da presente Recomendação a PGJ, via e-mail institucional, para publicação no Diário Eletrônico do MPMS, visando maior publicidade.

Fátima do Sul/MS, data da assinatura digital.

RODRIGO CINTRA FRANCO  
Promotor de Justiça

---

## COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

### ELDORADO

---

**06.2019.00001122-7**

**EDITAL Nº 0001/2020/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2019.00001122-7 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade, podendo ser acessado em sua íntegra no link <<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>>

Área de atuação: Meio Ambiente

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Eldorado/MS

Compromissário: Arlete Rosalina Kraemer, residente e domiciliada na Av. Portugal, n. 300, Distrito de Morumbi, nesta cidade e Comarca de Eldorado.

Objeto: apurar suposto dano ambiental em Área de Preservação Permanente localizada no distrito do Morumbi, em Eldorado, às margens do Rio Paraná, especificamente no que tange à RPPN Ernesto Vargas Baptista, em decorrência da conduta de Arlete Kraemer.

Obrigações: CLÁUSULA PRIMEIRA: A compromissária se compromete a não realizar aterramento de açude, localizado em área de preservação permanente da propriedade Chácara C-18-D, Distrito Morumbi, sem autorização do Órgão Ambiental Competente. CLÁUSULA SEGUNDA: A compromissária assume a obrigação de indenizar os danos ambientais, a título de reparação por ato ilícito, através de doação ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (agência nº 2576-3, conta corrente nº 50.120-4, Banco do Brasil, CNPJ nº 03.464.870/0001-00) a

quantia de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em 05 (cinco) parcelas mensais, através de depósitos identificados, com vencimento todo dia 10 de cada mês; CLÁUSULA TERCEIRA: Em sendo descumpridas as determinações do presente, a compromissária recolherá multa em favor do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, por cada dia de descumprimento; PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do dia-multa será de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A multa, se for o caso, deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias, independente de notificação desta Promotoria de Justiça. Decorrido esse prazo, será ajuizada a competente execução do presente compromisso, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei nº 7347/85; PARÁGRAFO SEGUNDO: Não sendo efetuado o depósito do valor da multa, esta será executada pelo Ministério Público, com atualização monetária (IGPM) e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Eldorado/MS, 20 de janeiro de 2020

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

#### INOCÊNCIA

##### EDITAL N. 1/2020

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000252-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agência Estadual de Empreendimentos - Agesul

Assunto: Fiscalizar conclusão e eficiência na contenção de processos erosivos, em obra de infraestrutura complementar, na MS-316.

Inocência-MS, 20 de janeiro de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
Promotor de Justiça em substituição legal

#### RIO NEGRO

##### EDITAL N.º 01/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000004-1, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000004-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Jorge Vargas Sarmento

Assunto: Apurar desmatamento de 5,37 hectares em área de Savana, na Fazenda Taju, em Rochedo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 602/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

MATHEUS CARIM BUCKER  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 02/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001922-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001922-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Antônio Fernandes

Assunto: Apurar o desmatamento de 46,05 hectares em área de Savana com Floresta Estacional Semi-decidual Submontanhada, na Fazenda São José (Glebas "F" e "Ma"), em Rio Negro, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 331/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 03/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001913-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001913-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Tobias Lanfredi e André Lanfredi

Assunto: Apurar desmatamento de 2,74 hectares em área de Vegetação Ciliar - Aluvial, na Fazenda Lambari (Mat. 43, 127 e 596), em Corguinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 308/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 04/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001896-4, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001896-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcia Regina Fonseca Longatto e José Amorim Longatto.

Assunto: Apurar desmatamento de 2,96 hectares em área de Savana, na Fazenda Bandeira de São Benedito - Parte II e III, em Corguinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 326/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 05/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001894-2, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001894-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Eloina Brasil Ferreira Rodrigues.

Assunto: Apurar desmatamento de 15,69 hectares em área de Savana, na Fazenda Nossa Senhora do Desterro, em Rochedo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 257/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 06/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001744-3, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001744-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Airton R. Floriano.

Assunto: Apurar desmatamento de 10,79 hectares em área de Vegetação Ciliar - Aluvial, na Fazenda Palmeira, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 687/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 07/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001540-1, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001540-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lázaro Teixeira Júnior.

Assunto: Apurar desmatamento de 8,83 hectares em área de Savana Arborizada, na Fazenda Boa Vista, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 672/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 16 de janeiro de 2020

**MATHEUS CARIM BUCKER**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 08/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000049-6, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000049-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar a suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, em razão da alta de cobrança de tributo sobre parcela remuneratória de servidores e repasse dos valores o INSS, o que resultou em encargos e multas de natureza tributária, que geraram prejuízo ao erário do Município.

Rio Negro, 17 de janeiro de 2020

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N.º 09/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001848-6, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001848-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Furnas da Boa Sorte.

Assunto: Apurar suposta má gestão e desvio de finalidade de dois tratores, uma grade de arado e caminhonete, adquiridos com recursos públicos, pela diretoria da Associação Furnas da Boa Sorte.

Rio Negro, 17 de janeiro de 2020

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal